

Ex. mo Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 17 de Março, a Comissão Parlamentar de Saúde recebeu a Ordem dos Médicos Dentistas, em audição solicitada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tendo sido abordada, entre outras, a questão da avaliação do Plano Nacional de Saúde Oral, foram confirmadas as notícias veiculadas pela comunicação social de que existiriam irregularidades, desde Outubro de 2009, no que respeita ao pagamento atempado aos profissionais de saúde dos chamados cheques-dentista.

No entanto, a Ordem salientou, confirmando também uma peça jornalística do "Jornal de Notícias", que dispunha da garantia dada pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde que o pagamento dos cheques-dentista aos profissionais que tratam pacientes encaminhados pelos centros de saúde estaria regularizado até ao dia 31 de Março.

Acresce que, de acordo com o Governo, a justificação das irregularidades prender-se-ia com questões meramente administrativas e de processamento burocrático que seriam facilmente sanáveis.

Todavia, e de acordo com notícias divulgadas esta semana na comunicação social, a situação de atraso nos pagamentos a estes profissionais de saúde mantém-se, apesar





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

do que foi afirmado pela tutela.

Os médicos dentistas da Região Norte continuam à espera do pagamento da maioria das consultas dadas no âmbito do Programa Nacional de Saúde Oral e o montante da dívida acumulada já será de cerca de 285 400 euros, com promessa de liquidação "na próxima semana". Só que, entretanto, vão-se acumulando os cheques emitidos desde Janeiro último.

A indicação oficial, de acordo com declarações proferidas por dirigentes da Ordem, é a de que a normalização dos pagamentos (supostamente a 30 dias) só será uma realidade em Junho.

Por considerarmos estar perante uma situação altamente penosa para todos profissionais de saúde que aderiram ao programa de saúde oral, em particular os jovens licenciados, e que não vêem as suas prestações ao Serviço Nacional de Saúde serem devidamente retribuídas, os deputados abaixo assinados, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e da alínea d) do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, vêm requerer ao Ministério da Saúde informações sobre o pagamento dos cheques-dentista, nomeadamente explicações cabais sobre o sucedido e de quando se procederá à regularização efectiva dos pagamentos.

Palácio de São Bento, 23 de Abril de 2010.

Os Deputados do PSD

Nuno Reis

auà lessa

Maria Teresa Fernandes